



Poder Executivo do Município de Belo Horizonte  
Controladoria-Geral do Município - CTGM

TARDE

AUDITOR INTERNO  
**DIREITO**

PROVA DISCURSIVA



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **3 (três)** questões discursivas, você receberá do fiscal de prova o caderno de textos definitivos.



TEMPO

- Você dispõe de **3 (três) horas** para a realização da prova;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal de sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o caderno de textos definitivos;
- Para o preenchimento do caderno de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no caderno de textos definitivos;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu caderno de textos definitivos, o fiscal de sala deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- O preenchimento do caderno de textos definitivos é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no caderno de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

**QUESTÃO 1 – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS EM AUDITORIA E CONTROLE INTERNO E EXTERNO**

A Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgada em 21 de setembro de 1989, estatui em seu Art. 73 que *a sociedade tem direito a A Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgada em 21 de setembro de 1989, estatui, em seu Art. 73, que a sociedade tem direito a governo honesto, obediente à lei e eficaz.* Um dos mecanismos de indução desta realidade em âmbito intraorgânico é a possibilidade de realização de fiscalizações de cunho contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial pelo sistema de controle interno de cada Poder e entidade.

Segundo as Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP 100, 24), *“A auditoria do setor público é indispensável para a administração pública, uma vez que a gestão de recursos públicos é uma questão de confiança. A responsabilidade pela gestão de recursos públicos de acordo com as finalidades previstas é confiada a uma entidade ou pessoa que atua em nome do público. A auditoria do setor público aumenta a confiança dos usuários previstos, fornecendo informações e avaliações independentes e objetivas a respeito de desvios dos padrões aceitos ou dos princípios de boa governança.”*

As normas estabelecem três modalidades de auditoria, para além de outras espécies de fiscalização. Essas modalidades possuem propósitos diferentes e o seu uso racional e apropriado dentro do planejamento anual permite que os aspectos da Administração Pública suscitados pela Constituição (atividades financeira, contábil, orçamentária, operacional e patrimonial) sejam abordados, trazendo aos usuários segurança sobre a confiabilidade e a relevância da informação que eles utilizam como base para a tomada de decisões.

A partir das premissas do texto, considere a situação-problema apresentada abaixo e responda aos itens listados a seguir.

Determinado setor da Subcontroladoria de Auditoria da Controladoria-Geral do Município de Belo Horizonte está elaborando o seu planejamento de fiscalização anual, tendo sido identificados três objetos que precisam ser auditados:

- **Objeto 1:** Política pública estabelecida com o intuito de diminuir a população em situação de rua mediante a reinserção social por meio de capacitação profissional, oferta de condições dignas de habitação e prestação de benefício social. Pretende-se verificar se a política se demonstra eficaz por meio de avaliação temporal dos resultados alcançados e subsequentes propostas de correção nos processos de trabalho.
- **Objeto 2:** Contratação de Organização Social para operação de unidade de básica de saúde em vigor. Pretende-se verificar a adequação à legislação tanto dos procedimentos de contratação, como da execução, da fiscalização e da prestação de contas da utilização dos recursos.
- **Objeto 3:** Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos (DAIR) do Regime de Próprio de Previdência Social municipal. Pretende-se verificar a exatidão e a fidedignidade das informações constantes do relatório.

- A) **Explicita a auditoria governamental como macrofunção do sistema de controle interno.**
- B) **Apresente a relevância do plano de auditoria interna.**
- C) **Defina as três diferentes modalidades de auditoria governamental.**
- D) **Identifique a modalidade apta ao exame de cada um dos objetos.**

1

---

2

---

3

---

4

---

5

---

6

---

7

---

8

---

9

---

10

---

11

---

12

---

13

---

14

---

15

---

16

---

17

---

18

---

19

---

20

---

**QUESTÃO 2 – CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS EM DIREITO**

---

No Município *Alfa*, lei municipal ordinária do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis *Inter Vivos* (ITBI) estabelece que o alienante do imóvel – e não o seu adquirente – é contribuinte desse imposto e que seu fato gerador ocorre no momento da lavratura da escritura pública de compra e venda.

Maria deseja vender um imóvel situado no território do Município *Alfa* para uma entidade sindical de trabalhadores, que ali irá instalar sua sede.

Diante desse cenário, responda aos itens a seguir.

- A) Poderia mera lei ordinária municipal fixar o contribuinte do ITBI como sendo apenas o alienante do imóvel?**
- B) O fato gerador do ITBI pode ser fixado no momento da lavratura da escritura pública de compra e venda?**
- C) Incide o ITBI sobre tal alienação feita a uma entidade sindical de trabalhadores?**

*Obs.: a mera resposta afirmativa ou negativa, desacompanhada da devida justificativa, não garante pontuação. Como não haverá consulta à legislação, a citação correta do número de artigo de legislação não é estritamente necessária para a obtenção da pontuação integral.*

1

---

2

---

3

---

4

---

5

---

6

---

7

---

8

---

9

---

10

---

11

---

12

---

13

---

14

---

15

---

16

---

17

---

18

---

19

---

20

---

**QUESTÃO 3 – CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS EM DIREITO**

---

Em matéria de *licitações* e *contratos administrativos*, de acordo com o regime jurídico da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/21), responda aos itens a seguir.

1. Nos processos licitatórios, o desatendimento a quaisquer exigências sobre a qualificação do licitante ou o conteúdo de sua proposta importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo? Fundamente sua resposta.
2. Em regra, podem os atos dos processos licitatórios ser praticados digitalmente? Fundamente sua resposta.
3. Indique as sanções administrativas que podem ser aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas segundo o regime jurídico da Lei nº 14.133/21. Na nova Lei de Licitação ainda existe a sanção “*suspensão temporária de participação em licitação*”? Caso positivo, indique a(s) hipótese(s).
4. A aplicação de determinadas sanções previstas na Lei de Licitações (as sanções mais gravosas) requer a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão, atendendo aos comandos legais. Nesse contexto, indique o prazo prescricional para a aplicação de tais sanções e em que hipótese(s) a prescrição será suspensa ou interrompida.
5. Indique como deve ocorrer a apuração e o julgamento dos atos previstos como infrações administrativas na nova Lei de Licitações, que também são tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

1

---

2

---

3

---

4

---

5

---

6

---

7

---

8

---

9

---

10

---

11

---

12

---

13

---

14

---

15

---

16

---

17

---

18

---

19

---

20

---

Realização

